

O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 6,6 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação positiva em 400,7 mil euros.

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1.326.226,33	1.400.043,71	5,27	1.800.735,95	28,62
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	–	0,00	–
Clientes c/c	48.148,22	15.876,99	-203,26	4.089,79	-74,24
Contribuintes c/c	173.307,62	0,00	–	405.392,74	–
Utentes, c/c	391.686,05	115.441,48	-239,29	148.917,87	29,00
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	–	974.023,40	–
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	–	0,00	–
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	–	0,00	–
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	–	0,00	–
Administração autárquica	0,00	0,00	–	0,00	–
Outros Devedores	713.084,44	1.268.725,24	43,80	1.242.335,55	-2,08
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
<b>Total da dívida de terceiros</b>	<b>6.127.726,33</b>	<b>6.201.543,71</b>	<b>1,19</b>	<b>6.602.235,95</b>	<b>6,46</b>

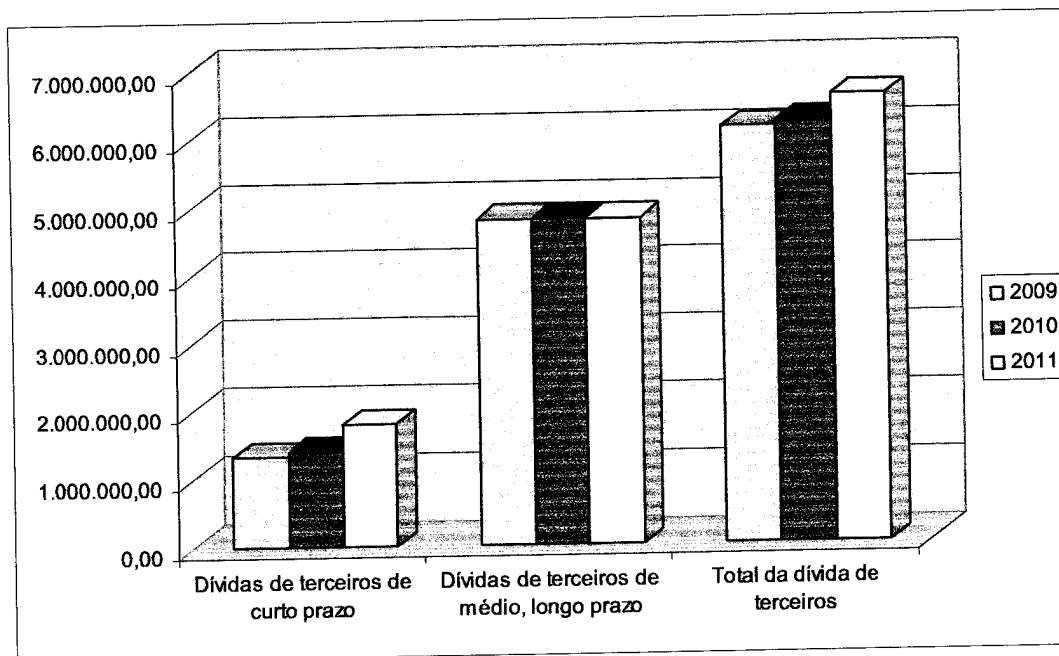
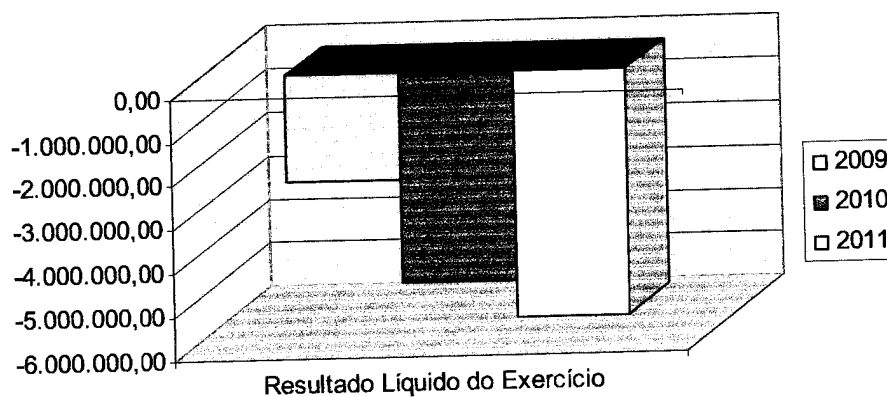


Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



## 7.2 Análise da Situação Financeira

### 7.2.1 Condições Financeiras

#### Fundo de Maneio

O fundo de maneiio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneiio reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo.

## Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

	uni: Euro				
Resultado Líquido do Exercício	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	-2.456.249,12	-4.816.456,24	96,09	-5.634.632,95	16,99

Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada com base nos conceitos vigentes para o sector privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia continua a evidenciar a existência de um resultado líquido do exercício negativo, o qual, em 2011 se agravou substancialmente (variação absoluta negativa na ordem dos 818,2 mil euros), tendo-se situado superior a 5,6 milhões de euros.

Neste contexto será de reportar o efeito decorrente do aumento dos custos inerentes à constituição de provisões (influência apurada num valor ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros). Deste modo, se excluída a influência decorrente da constituição de provisões, na medida em que se tratam de custos que poderão não ocorrer, o resultado líquido do exercício de 2011 seria negativo em 2.375.968,33 euros, ou seja denotando uma melhoria deste resultado em 1.527.112,39 euros, face aos 3.903.080,69 euros negativos apurados para 2010, por aplicação do mesmo critério de exclusão.